



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Julio Lopes

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2016**  
(Do Senhor Julio Lopes)

*Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família para debater sobre o PL 5740, de 2016.*

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos regimentais previstos no art. 24, incisos III e XIV, e ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família para debater a respeito do PL 5.740, de 2016, no qual se institui a Política Nacional para População em Situação de Rua.

Para tanto, solicito a participação dos seguintes expositores:

- Senhor Paulo Roberto Ziulkoski - Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM.
- Um Representante designado pelo Ministério das Cidades
- Senhor Carlos Alberto Ricardo Júnior - Coordenador-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria
- Senhor Magno Mello – Consultor da Câmara dos Deputados da Área VIII – Administração Pública

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento tem por objetivo debater sobre a viabilidade da implementação das políticas públicas previstas no Projeto de Lei 5.740, de 2016.

Em que pese venha se tratar de proposta notavelmente relevante, porquanto procura instituir a Política Nacional para a população em situação de rua, em busca



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Julio Lopes

de trazer efetividade ao Decreto 7.053/2009, estabelece ao Poder Público a responsabilidade pela implantação e atendimento de políticas direcionadas a essa população, de maneira articulada e integrada.

Salienta-se, assim, que o projeto prevê a criação de centros de defesa de direitos humanos, atendimento especializado, ações de segurança alimentar, programas de qualificação profissional e formação a capacitação de agentes do Estado, bem como estabelecimento de instâncias de monitoramentos e avaliação das ações.

Nesse sentido, muito embora o conteúdo da matéria seja consideravelmente meritório, consoante anteriormente delineado, a proposição não menciona quais recursos públicos servirão de base para o seu financiamento, ponto este igualmente relevante para compreender antes de se deliberar matéria de grande impacto para sociedade, tendo em vista a grave crise orçamentária vivenciada pelo país, sobretudo a dificuldade enfrentada pelos municípios que já são demandados em tantas outras obrigações.

Sendo assim, oportuno ressaltar a necessidade de estudo de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da proposta, assim como o impacto da aprovação da proposta junto aos Municípios, razão pela qual se propõe a presente audiência pública com intuito de fazer uma análise mais aprofundada conjuntamente com a Comissão de Seguridade Social e Família que discutirá o mérito da proposta a qual ora se analisa por esta Comissão.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres membros deste Colegiado a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em      , de novembro de 2016.

Deputado **Julio Lopes**  
**PP/RJ**